

Editorial

A legalidade democrática

Todos os regimes de força usam como razão da sua força a «sua» legalidade.

É o argumento supremo.

E é portanto com preocupação que se nota nos actuais governantes o recurso insistente ao argumento «legalidade».

António Barreto, já ao preparar o ataque televisivo contra a Reforma Agrária, fez circular na Informação que «o direito de reserva é indiscutível, porque não se pode discutir o que está na lei, o que foi aprovado pela Assembleia e pelo Governo».

Salazar não se importaria de assinar uma tirada destas. Proferiu, aliás, tantas semelhantes que não causaria espanto saber que foi a fonte onde António Barreto bebeu a inspiração totalitária de que a transcrição acima é prova irrefutável.

Mais cauteloso, porém, quanto ao esgrimir com a legalidade, Mário Soares teve o cuidado, na sua última comunicação partidária, de lhe acrescentar a palavra «democrática». Tem aprendido alguma coisa...

É uma expressão menos agressiva, mais branda.

Mas o conceito «legalidade democrática» tem um fundo. E usá-lo sem respeitar esse fundo não passa de mera demagogia.

A «legalidade democrática» é, antes de mais e acima de tudo, resultante duma prática.

Pode obedecer a várias formas, mas obriga a que todos os actos que constituem o seu conteúdo sejam realmente democráticos.

Em Portugal foi estabelecida a «forma» da «legalidade democrática». Burguesa que seja, não perde a qualidade por isso.

E está inscrita na Constituição.

Só que a gestão de inúmeros diplomas legais tem obedecido a práticas preliminares positivamente anti-democráticas.

E nem o facto de conseguirem aprovação na Assembleia da República lhes tira o carácter de imposição ditatorial. As assembleias políticas (burguesas) obedecem a jogos, a interesses capazes de sancionar o maior aborto democrático.

Ainda recentemente o CDS retirou uma série de emendas a um diploma de Cardia só para não alinhar com os comunistas. E se não for à Academia a impor-se, a recusar as práticas totalitárias do MEIC — todo o ensino, e com ele a Revolução, será lesado.

A democracia no homem é um interior.

E na sociedade um agir constante.

Tudo o mais não passa de demagogia, da vacuidade onde se esconde a incapacidade de ser e agir democraticamente.

Aliás, tão desprestigiado está o conceito de legalidade que quem é realmente democrata procura justificar os seus actos em termos de legitimidade. Os capazes não precisam da trincheira da lei para se defenderem. Basta-lhe o respeito pelas instituições e por si. A honestidade.

Acções bombistas nos comboios

Utilizados explosivos militares

Parecem ser de origem militar os explosivos utilizados, pelo menos no caso da linha do Estoril, segundo informações colhidas junto dos investigadores na altura em que eram feitas as primeiras observações sobre a natureza e os estragos dos atentados.

O processo relativo a esta nova provocação da direita reacção está a cargo da Polícia Judiciária, onde, até agora, ainda não foi prestada qualquer informação oficial sobre o assunto.

Durante o dia de ontem o movimento nas duas linhas processou-se com toda a normalidade e apesar de praticamente não haver vestígios da sabotagem foram muitas as pessoas que acorreram aos locais visados. O SIP do PCP emitiu uma

nota sobre os actos de terrorismo das linhas do Estoril e Sintra, chamando a atenção para o facto de que, com eles, se tentava criar no País um ambiente de insegurança e intranquilidade, propício às manobras e conspirações contra o regime democrático.

“Os factos estão demonstrados” — diz-se na nota do PCP — que a passividade, a tolerância e a impunidade de que gozam as actividades terroristas constituem objec-

tivamente um estímulo para novos e mais graves atentados que podem vir a assumir proporções dramáticas. O PCP tem vindo a advertir que, antes que tal eventualidade se confirme e que mais famílias portuguesas se vejam lançadas na dor e no sofrimento, é imperioso levar por diante de forma corajosa e isenta as investigações sobre o terrorismo, desmantelando as suas redes, castigando exemplarmente os responsáveis, fazendo justiça às vítimas do terrorismo, defendendo a ordem democrática dos seus inimigos”. Noutro trecho, lê-se na nota:

“Neste sentido torna-se inquietante verificar que o

Governo, contra a luta dos trabalhadores alentejanos que defendem a Reforma Agrária, que exigem o cumprimento da lei e o respeito dos compromissos assumidos, seja capaz de mobilizar os órgãos de informação que controla numa vasta campanha de alarmismo e calúnias, seja capaz de impor a intervenção de forças militarizadas para cobrir as ilegalidades, prepotências e abusos que está patrocinando e que, em contrapartida, seja tão frouxa a sua actividade e tão ineficazes as medidas que toma em relação ao terrorismo que ameaça, de forma crescente e real a liberdade dos portugueses”.

Autarquias/eições

Prosegue campanha eleitoral

A actual campanha para as autarquias locais tem-se caracterizado pelos ataques feitos pelos partidos da oposição — quer da esquerda, quer da direita — à linha de acção do Governo.

Nessa base, Freitas do Amaral, num comício realizado no Palácio dos Desportos, renovou as críticas que o seu partido tem vindo a efectuar ao Governo de Mário Soares, apelando para que o voto do dia 12 não se circunscreva somente a questões de ordem local, mas igualmente de natureza nacional.

Para o “leader” centrista o voto deverá ser dirigido ao mesmo tempo contra o PCP e contra o PS, devendo o povo dizer “através das eleições que não compreende um Governo que não governa”.

PPD no Parque Mayer

O PPD/PSD resolveu promover uma sessão de “esclarecimento” no Parque Mayer dedicada, segundo foi noticiado, às freguesias de S. Mamede, S. José e Coração de Jesus.

Após terem sido apresentados os candidatos das três freguesias, Cunha Leal da Comissão Política do partido usou da palavra para salientar a necessidade de se operar uma descentralização no trabalho das autarquias locais.

Por seu turno, Maria Luisa Salinas, militante do partido e ex-presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa referiu-se ao problema dos transportes, desejando que a CML assumia uma posição forte nas empresas de transportes públicos.

PCP em Alverca

No decorrer de uma sessão promovida em Alverca pelo PCP, de apoio à Frente Eleitoral Povo Unido, o secretário-geral daquele partido, Álvaro Cunhal usou da palavra para salientar a importância de que se revessem estas eleições no âmbito da presente situação política nacional.

Destas eleições, segundo afirmaria Cunhal, dependerá se as administrações das Juntas e das Câmaras podem ou não defender os interesses das populações, bem assim, como a própria democracia.

O secretário-geral do Partido Comunista lembraria ainda os presentes para o perigo que representa a confusão levantada pelo aparecimento de foices e martelos nas listas de votos, afirmando que esses símbolos, desta vez, não representam o PCP. Disse ainda que, já durante o fascismo, a PIDE imprimia “Avantes”, com o propósito de confundir os antifascistas.

Em Gaia: Lei violada

Uma funcionária da escola de Moeiro impediu que se realizasse uma sessão de esclarecimento da Lista Independente de Moradores de Pedroso, alegando que tinha recebido ordens do director daquele estabelecimento de ensino, nesse sentido.

PRP não apoia listas dos GDUP de Setúbal

“Os acontecimentos político-militar das últimas semanas mostram-nos claramente que a burguesia, ou mais precisamente o Imperialismo estão dispostos a implantar o fascismo de novo em Portugal. Assim, o proletariado e os trabalhadores em geral terão de se preparar para o confronto violento com a burguesia, no sentido de substituir o poder burguês por um poder proletário. Os trabalhadores terão de escolher entre o fascismo com o qual a burguesia terá de governar, e a Revolução Socialista que os trabalhadores terão de fazer”.

Estas declarações pertencem a um comunicado divul-

gado pela direcção local de Setúbal do PRP, onde é contestada a formação da lista GDUP para a Câmara de Setúbal, salientando que “não é, nem mais nem menos que uma manobra golpista da UDP, colocando o seu deputado Acácio Barreiros em cabeça de lista”.

Deste modo, afirma-se naquele comunicado que o PRP não apoiará a lista GDUP referida a todas aquelas feitas nas costas dos trabalhadores, recordando por outro lado que “apoiará as listas de Unidade Popular que foram discutidas e democraticamente escolhidas em plênários de moradores.

Apesar da intervenção da GNR, a referida funcionária continuou a recusar a entrega das chaves da escola, pelo que a reunião não se efectivou mesmo.

Em face disso, os elementos da lista enviaram telegramas de protesto ao Presidente da República, à Comissão Nacional de Eleições e ao governador Civil do Porto.

GDUP de Campanhã

Os candidatos das Listas dos GDUP concorrentes à Assembleia de freguesia de Campanhã, continuam com as suas sessões de esclarecimento em vários locais dessa freguesia. Nestas sessões, além da participação dos candidatos à Assembleia de Freguesia, participam igualmente vários candidatos à Câmara Municipal.

Entretanto, atentos às necessidades da população local estão já a apoiar a iniciativa popular de recolha de assinaturas a ser enviadas aos Serviços de Transportes do Porto para a criação de uma carreira de transportes no Cerco do Porto-Bonjoi — Pinheiro de Campanhã, carreira esta que muito beneficiará os trabalhadores daquela zona da cidade, e, mais imediatamente as Zonas da Corujeira, S. Roque e Praça das Flores.

Os candidatos dos GDUP, apoiam também a luta por transportes dos moradores do Bairro de S. João de Deus.

Os GDUP de Campanhã têm insistido em alertar a população da freguesia simultaneamente, no sentido de que só a luta conjunta na conquista da escola nova de Campanhã, poderá forçar

uma mais breve concretização do projecto, uma vez que esta já deveria ter começado.

Protesto do PCP

O PCP fez divulgar uma nota sobre a comunicação ao País do Ministro da Agricultura e Pescas, em que denuncia o seu carácter ilegal, representando uma tentativa de influenciar e intimidar o eleitorado.

Na nota em causa o PCP chama a atenção para o articulado constante do Decreto-Lei 701-A/76 que regula as eleições locais onde se estabelece que “os titulares dos órgãos e agentes do Estado (...) devem, no exercício das suas funções, manter rigorosa neutralidade perante as diversas candidaturas, partidos políticos e grupos de cidadãos proponentes. Nessa qualidade, não poderão intervir, directa ou indirectamente, na campanha eleitoral, nem praticar actos que, de algum modo, favoreçam ou prejudiquem um concorrente às eleições, em detrimento ou vantagem de outros”.

O Art.º 109.º do mesmo Decreto-Lei prescreve que os cidadãos que infringirem os deveres de neutralidade e imparcialidade prescritos no Art.º 48.º serão punidos com prisão até um ano e multa de 2.000\$00 a 20.000\$00.

“O PCP reclama a atenção dos órgãos do poder e da Comissão Nacional de Eleições para esta situação desprestigiante para o regime democrático que resulta do aproveitamento do exercício de cargos públicos para, em deliberada violação da lei, prejudicar entidades concorrentes às eleições ou Partidos que as integrem e apoiem”.

13.º mês

Nova proposta

Em reunião de Conselho de Ministros foi deliberado alterar o esquema de poupança forçada, resultante do pagamento de parte do 13.º mês em títulos do Tesouro.

Assim, foi enviado para a Assembleia da República, em vez do Decreto anteriormente previsto, uma proposta de lei que incide apenas sobre 1/14 avos dos rendimentos das pessoas singulares, sujeitas a imposto

complementar e sobre o subsídio do 13.º mês.

Como se sabe, anteriormente, a poupança forçada abrangia parte do subsídio de Natal e 1/14 avos dos rendimentos anuais superiores a 120 mil escudos. Segundo ainda decisão governamental, os dinheiros desta forma recolhidos serão aplicados “na realização de projectos de habitação social a aprovar pela Assembleia da República”.